



Secretaria de Desenvolvimento Social, Criança e Juventude
Secretaria Executiva de Assistência Social
Gerência de Gestão do Trabalho e Educação Permanente
Fundação Apolônio Salles

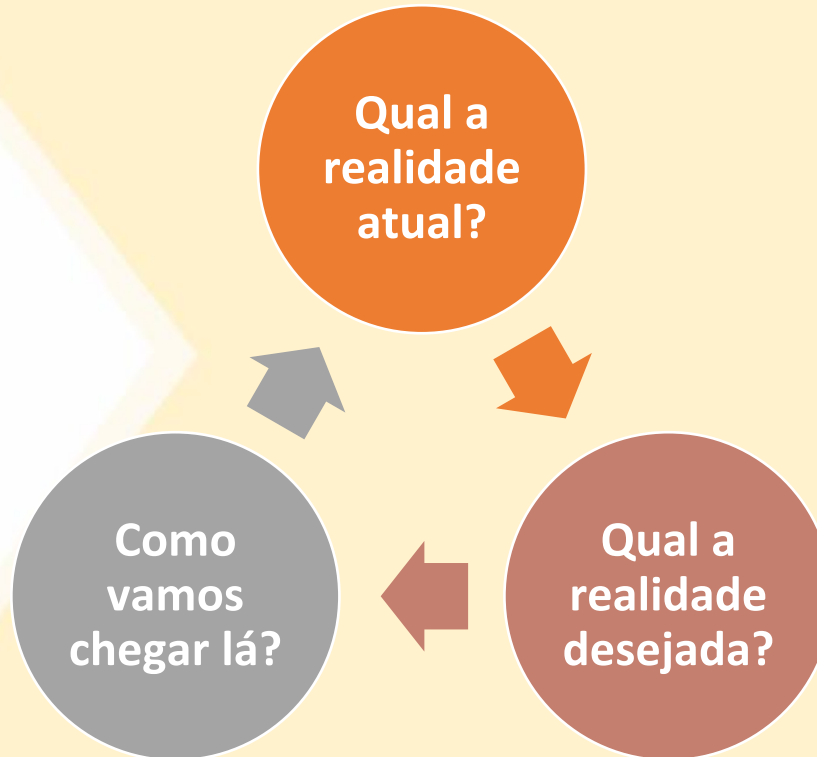


O planejamento envolve um ciclo básico de desenvolvimento.

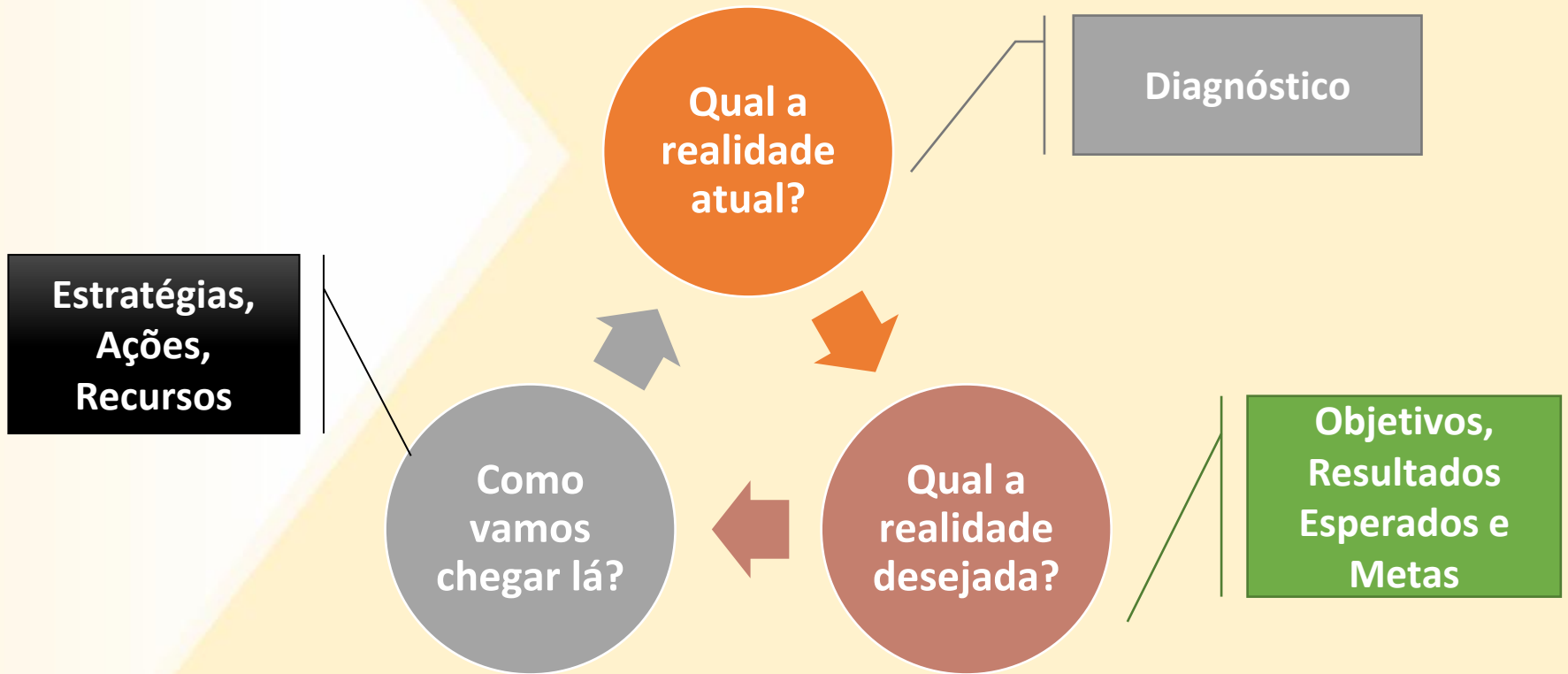
O CICLO DO PLANEJAMENTO

!!! São inúmeras as metodologias e ferramentas à disposição. Mas, quase sem exceção, todas elas **orientam-se para que perguntas essenciais sejam respondidas na forma de plano.**

1. Qual o estado atual da realidade sobre a qual se planeja intervir?
2. Qual o futuro desejado?
3. Quais os obstáculos, potencialidades e oportunidades?
4. Quais os meios disponíveis e necessários para que o projetado seja possível?



!!! Processo **cíclico e ininterrupto de planejamento onde a realidade desejada se converte em realidade atual a cada renovação de ciclo**





O QUE É DIAGNÓSTICO ?

- O diagnóstico é uma análise interpretativa que possibilita ler e compreender a realidade social.
- É a etapa do ciclo de políticas públicas que segue à definição da agenda e antecede a formulação das alternativas possíveis.
- A leitura precisa e comprometida da realidade conduz as decisões políticas para o acerto.
- O diagnóstico é um importante instrumento a auxiliar à tomada de decisão ao dar tratamento adequado a um volume significativo de dados sobre diferentes aspectos sociais, econômicos e ambientais dos municípios.



**Integrando o ciclo de planejamento,
o diagnóstico também está
submetido a diversas leituras
políticas da realidade...**



EM GERAL, O DIAGNÓSTICO SOCIOTERRITORIAL ABRANGE AS SEGUINTE QUESTÕES:

Informações sobre a realidade local

- i) uma análise histórico-conjuntural da realidade, tendo como base informações sociais, demográficas, educacionais e econômicas (identificação da vocação econômica e das potencialidades)
- ii) uma descrição da rede socioassistencial e de sua cobertura

Demandas da população destinatária

- i) na identificação de demandas expressas, emergentes e potenciais
- ii) na identificação de territórios com concentração da população em situação de vulnerabilidade social

“GEORREFERENCIAMENTO”



O diagnóstico socioterritorial possibilita aos gestores e operadores da política de assistência social compreender as **particularidades de cada território**.

Por meio da análise de dados socioeconômicos levantados no diagnóstico socioterritorial, o gestor municipal é capaz de desenhar **o mapa de vulnerabilidades e riscos do município**, identificando as áreas de concentração de famílias com alguma vulnerabilidade assim como torna-se **capaz de responder a perguntas fundamentais** para a intervenção governamental, tais como:

- ✓ *Quantas famílias ganham menos de um salário mínimo per capita?*
- ✓ *Onde há a maior concentração delas?*
- ✓ *Quantas têm moradias precárias, sem banheiro ou luz elétrica?*
- ✓ *As crianças trabalham em vez de ir à escola?*



Informações GEORREFERENCIADAS são fundamentais para **conhecer a distribuição das necessidades e demandas dentro do município**, com a finalidade de:

- *direcionar a realização da estratégia de Busca Ativa*
- *identificar as regiões com concentração do público que demanda por programas, serviços e benefícios da assistência assim como de seus equipamentos (CRAS, CREAS, Centro POP)*
- *planejar investimentos e mobilizar novos recursos*

!!!! Trata-se de uma forma de atuação que visa romper com a lógica da demanda espontânea (pela qual cabe às famílias procurar os serviços públicos) em prol de uma lógica segundo a qual o Estado vai ao encontro das famílias, assegurando-lhes direitos e ofertando-lhe oportunidades. Destaca-se inclusive o caráter preventivo dessa forma de atuação, que objetiva evitar o agravamento das situações de risco e vulnerabilidade já vivenciadas pelas famílias.



QUEM É RESPONSÁVEL PELO DIAGNÓSTICO SOCIOTERRITORIAL NO MUNICÍPIO?

É responsabilidade da **Vigilância Socioassistencial** elaborar e atualizar periodicamente o diagnóstico socioterritorial, por meio da coleta e análise de dados e de informações produzidas tanto pelo Governo Federal, quanto pelo próprio município – especialmente o **Cadastro Único**.

As informações produzidas pela **Vigilância Socioassistencial**, **devem ser repassadas, de forma detalhada, às equipes dos serviços**, sobretudo, aos **CRAS**, para que sejam realizadas as ações de **Busca Ativa**

Por exemplo:

A **Vigilância** pode fornecer aos **CRAS** ou às equipes volantes o nome e o endereço de pessoas idosas que moram sozinhas ou de famílias com presença de pessoas com deficiência, de famílias extremamente pobres com elevado número de crianças, até mesmo de famílias que descumpriram as condições do Programa Bolsa Família, situação que, em geral, provoca ou decorre do agravamento das vulnerabilidades vivenciadas.



FUNDAÇÃO APOLÔNIO SALLES
F A D U R P E



UNIVERSIDADE
FEDERAL RURAL
DE PERNAMBUCO



ESFOSUAS/PE
Equipe de Pesquisa, Avaliação e Trabalho
de Serviço Social em Saúde

Secretaria de
Desenvolvimento
Social, Criança
e Juventude



GOVERNO DO ESTADO
PERNAMBUCO
MAIS TRABALHE, MAIS FUTURO

MINISTÉRIO DA
CIDADANIA



PÁTRIA AMADA
BRASIL
GOVERNO FEDERAL



Com o que deve se preocupar a Vigilância Socioassistencial?

VIGILÂNCIA DE RISCOS E VULNERABILIDADES

Incidências de riscos e vulnerabilidades e necessidades de proteção social da população

INDICADORES DE DEMANDA

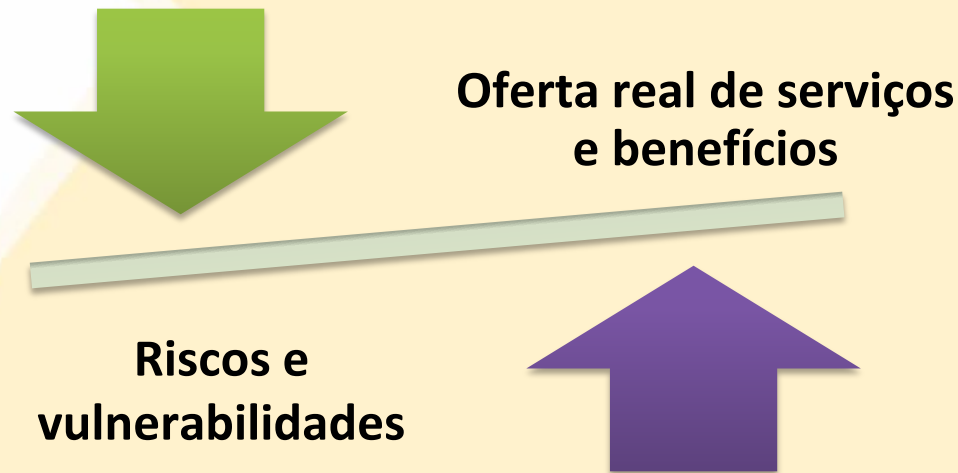
VIGILÂNCIA DE PADRÕES E SERVIÇOS

Características e distribuição da oferta da rede socioassistencial, na perspectiva do território, considerando a integração entre a demanda e a oferta de serviços

INDICADORES DE OFERTA



A vigilância socioassistencial deve mostrar o descompasso entre o tamanho de nossas demandas sociais e o que já está sendo efetivamente ofertado em um determinado território



Essa visão de totalidade permite traçar melhores ações e estratégias para prevenir e para reduzir agravamento das situações e contribui para o melhor planejamento da oferta de programas, serviços e benefícios



BONS DIAGNÓSTICOS REÚNEM:

- ✓ Indicadores de **saúde** (leitos por mil habitantes, percentual de crianças nascidas com baixo peso adequado, por exemplo)
- ✓ Indicadores **educacionais** (taxa de analfabetismo, escolaridade média da população de quinze anos ou mais, etc.)
- ✓ Indicadores de **mercado de trabalho** (taxa de desemprego, rendimento médio real do trabalho, etc.)
- ✓ Indicadores **habitacionais** (posse de bens duráveis, densidade de moradores por domicílio, etc.)
- ✓ Indicadores de **segurança pública e justiça** (mortes por homicídios, roubos à mão armada por cem mil habitantes, etc.)
- ✓ Indicadores de **infraestrutura urbana** (taxa de cobertura da rede de abastecimento de água, percentual de domicílios com esgotamento sanitário ligado à rede pública, etc.)
- ✓ Indicadores de **renda e desigualdade** (proporção de pobres, índice de Gini, etc.)

(JANNUZZI, 2009).



QUAIS INDICADORES TRADUZEM RISCO E VULNERABILIDADE SOCIAL?

Em 2005, a NOB/SUAS elencou as variáveis que determinam a população vulnerável, como o conjunto de pessoas residentes que apresentem pelo menos uma das características relacionadas a seguir:

1. Famílias com serviços de infraestrutura inadequados:

- 1.1. Abastecimento de água provenientes de poço ou nascente ou outra forma
- 1.2. Sem banheiro ou sanitário
- 1.3. Destino do lixo inadequado conforme legislação
- 1.4. Mais de 2 moradores por dormitório

2. Famílias com renda familiar *per capita* inferior $\frac{1}{4}$ salário mínimo:

3. Família com renda familiar *per capita* inferior $\frac{1}{2}$ salário mínimo:

- 3.1. Com pessoas de 0 a 14 anos
- 3.2. Com responsável com menos de 4 anos de estudo



4. Família no qual há um chefe de família mulher, sem cônjuge:

4.1. Com filhos menores de 15 anos

4.2. Ser analfabeta

5. Família no qual há uma pessoa com 16 anos ou mais:

5.1. Desocupada (procurando trabalho)

5.2. Com quatro ou menos anos de estudo

6. Família na qual uma pessoa de 10 a 15 anos trabalhe

7. Família na qual há uma pessoa de 4 a 14 anos que não estude

8. Família com renda familiar per capita inferior a ½ salário mínimo:

8.1. Com pessoa com deficiência

8.2. Com pessoa de 60 anos ou mais



FONTES DE DADOS E INDICADORES

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE)	Responsável pelo levantamento do Censo Demográfico, PNAD e outras pesquisas: dados populacionais – número de habitantes, projeções de crescimento populacional, gênero, etnia, cortes etários, condições da habitação, escolaridade, mão de obra, rendimentos, disponibilidade de serviços públicos e privados, atividades econômicas, e outros. Unidades censitárias, municípios, estados, regiões e nacional.
PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO O (PNUD)	Coordena a elaboração do Atlas do Desenvolvimento Humano. Indicadores diversos que qualificam o desenvolvimento humano a partir de categorias como renda, escolaridade e longevidade de população a partir de dados dos Censos sintetizados no IDH.
INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (IPEA)	Coordena a elaboração do Atlas da Vulnerabilidade Social nos Municípios Brasileiros que traz o Índice de Vulnerabilidade Social (IVS) dos municípios, regiões metropolitanas e estados do Brasil por meio da sintetização de indicadores de demografia, educação, renda, trabalho, habitação e desenvolvimento humano, com dados extraídos dos Censos do IBGE.
MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO (MTE)	Responsável pela elaboração e divulgação da Relação Anual de Informações Sociais - RAIS, com dados de trabalho e emprego, natureza dos vínculos por setor de atividades econômicas, valores médios de remuneração e outros dados



IMPORTANTES FONTE DE DADOS PARA O PLANEJAMENTO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL



CadÚnico

O Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal é um instrumento que identifica e caracteriza as famílias de baixa renda, entendidas como aquelas que têm: renda mensal de até meio salário mínimo por pessoa; ou renda mensal total de até três salários mínimos.

O Cadastro Único permite conhecer a realidade socioeconômica dessas famílias, trazendo informações de todo o núcleo familiar, das características do domicílio, das formas de acesso a serviços públicos essenciais e, também, dados de cada um dos componentes da família.



Prontuário SUAS

É um instrumento que auxilia e orienta a organização das informações relativas ao processo de acompanhamento das famílias e indivíduos atendidos nos CRAS e CREAS, preservando o histórico de atendimentos, encaminhamentos, situações vivenciadas, territórios percorridos. Introduce um parâmetro nacional de registro de informações e, conseqüentemente, torna possível avançar no conhecimento do perfil e do volume de famílias e indivíduos acompanhados, assim como na incidência de determinadas situações de violação de direitos atendidas pela Assistência Social.



Bloco I – Famílias em acompanhamento pelo PAIF

A. Volume de famílias em acompanhamento pelo PAIF

A.1. Total de famílias em acompanhamento pelo PAIF

A.2. Novas famílias inseridas no acompanhamento do PAIF no mês de referência

B. Perfil de famílias inseridas em acompanhamento no PAIF, no mês

B.1. Famílias em situação de extrema pobreza

B.2. Famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família

B.3. Famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família, em descumprimento de condicionalidades

B.4. Famílias com membros beneficiários do BPC

B.5. Famílias com crianças/adolescentes em situação de trabalho infantil

B.6. Famílias com crianças e adolescentes em Serviço de Acolhimento

Bloco II – atendimentos individualizados realizados no CRAS

C. Volume de atendimentos individualizados realizados no CRAS

C.1. Total de atendimentos individualizados realizados, no mês

C.2. Famílias encaminhadas para inclusão no Cadastro Único

C.3. Famílias encaminhadas para atualização cadastral no Cadastro Único

C.4. Indivíduos encaminhados para acesso ao BPC

C.6. Visitas domiciliares

Bloco III - Atendimentos coletivos realizados no CRAS

D. Volume dos Serviços de Convivência e Fortalecimentos de Vínculos

D.1. Famílias participando regularmente de grupos no âmbito do PAIF

D.2. Crianças de 0 a 6 anos em Serviços de Convivência e Fortalecimentos de Vínculos

D.3. Crianças/ adolescentes de 7 a 14 anos em Serv. de Convivência e Fortalecimento de Vínculos

D.4. Adolescentes de 15 a 17 anos em Serviços de Convivência e Fortalecimentos de Vínculos

D.5. Idosos em Serviços de Convivência e Fortalecimentos de Vínculos para idosos

D.6. Pessoas que participaram de palestras, oficinas e outras atividades coletivas de caráter não continuado

D.7. Pessoas com deficiência, participando dos Serviços de Convivência ou dos grupos do PAIF

Relatórios do RMA

Informações sobre serviços e atendimentos realizados nos CRAS, CREAS e Centros POP



IMPORTANTES FONTE DE DADOS PARA O PLANEJAMENTO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL



CensoSUAS

Instrumento de coleta de dados eletrônico, preenchido pelas secretarias e conselhos de assistência social dos estados e municípios. É fundamental para a qualidade dos serviços socioassistenciais, da gestão e do controle da política de assistência social, construindo um processo imprescindível para tornar eficaz a organização descentralizada, participativa e integrada que o sistema requer.

O Censo SUAS pode ser acessado no endereço eletrônico:
<http://www.mds.gov.br/assistencia-social/vigilancia-socio-assistenciais/9620/censo-suas>

!!! A importância do “zelo” na utilização dos instrumentais de cadastro, registro e na alimentação do sistemas de informação



ANÁLISE QUALITATIVA E PARTICIPATIVA

É fundamental que o diagnóstico social não se restrinja ao levantamento de dados e indicadores quantitativos, e **alcance também a captação de elementos qualitativos** que expressem aspectos culturais, valores, expectativas e outros traços da população residente no território, permitindo **uma leitura mais próxima à complexa realidade social**.

Algumas técnicas para a captação de aspectos qualitativos da realidade social de uma população:

1) os estudos de caso; 2) as observações participantes; 3) as investigações documentais; 4) as entrevistas breves ou em profundidade, dirigidas, semidirigidas ou abertas; 5) as histórias de vida ou outras formas de estudos biográficos; 6) os grupos de discussão, grupos focais ou estratégias afins; e 7) as observações planejadas de diferentes formas, conforme os objetivos da investigação.



Alguns indicadores de oferta

ID CRAS

É um indicador sintético que retrata o grau de desenvolvimento dos CRAS, segundo as informações coletadas no Censo SUAS. É calculado a partir das seguintes dimensões:

Estrutura Física - disponibilidade de espaços físicos que garantam o cumprimento das funções do CRAS, em especial o PAIF

Funcionamento - cumprimento do período de funcionamento esperado para um equipamento público: 5 dias semanais e 8 horas diárias

Recursos Humanos - composição da equipe de referência do CRAS conforme estabelecido pela NOBRH/SUAS

Atividades Realizadas - PAIF e outros serviços



ID CREAS

Busca capturar a qualidade dos serviços prestados por meio dos CREAS; tais indicadores são compostos por informações que retratam a estrutura física das unidades, as características qualitativas e quantitativas das equipes e o escopo dos serviços ofertados à população, bem como os procedimentos necessários para uma oferta adequada.

Estrutura
Física

Recursos
Humanos

Serviços

Para cada dimensão são criados cinco níveis, onde o nível 1 representa a situação mais precária e o nível 5 a situação que mais se aproxima dos padrões de qualidade desejáveis. O ID CREAS final é calculado a partir da média aritmética dos níveis atingidos nas dimensões.

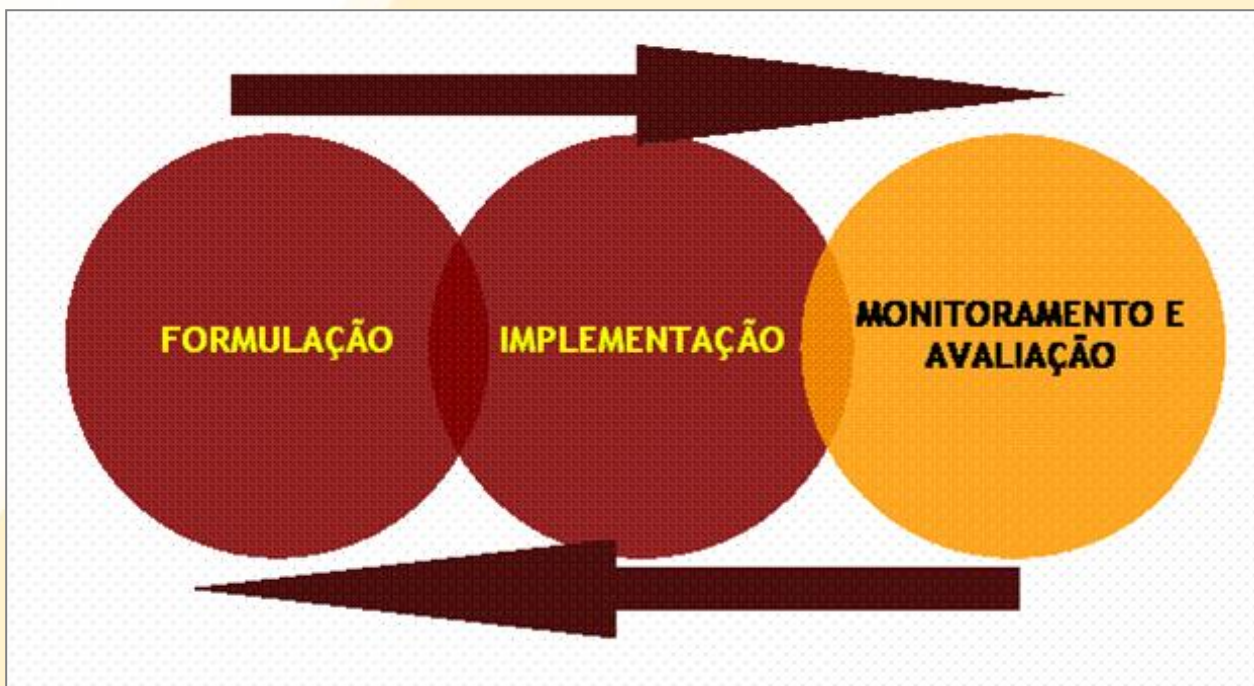


Leitura

Minha Rainha



CICLO BÁSICO GESTÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS



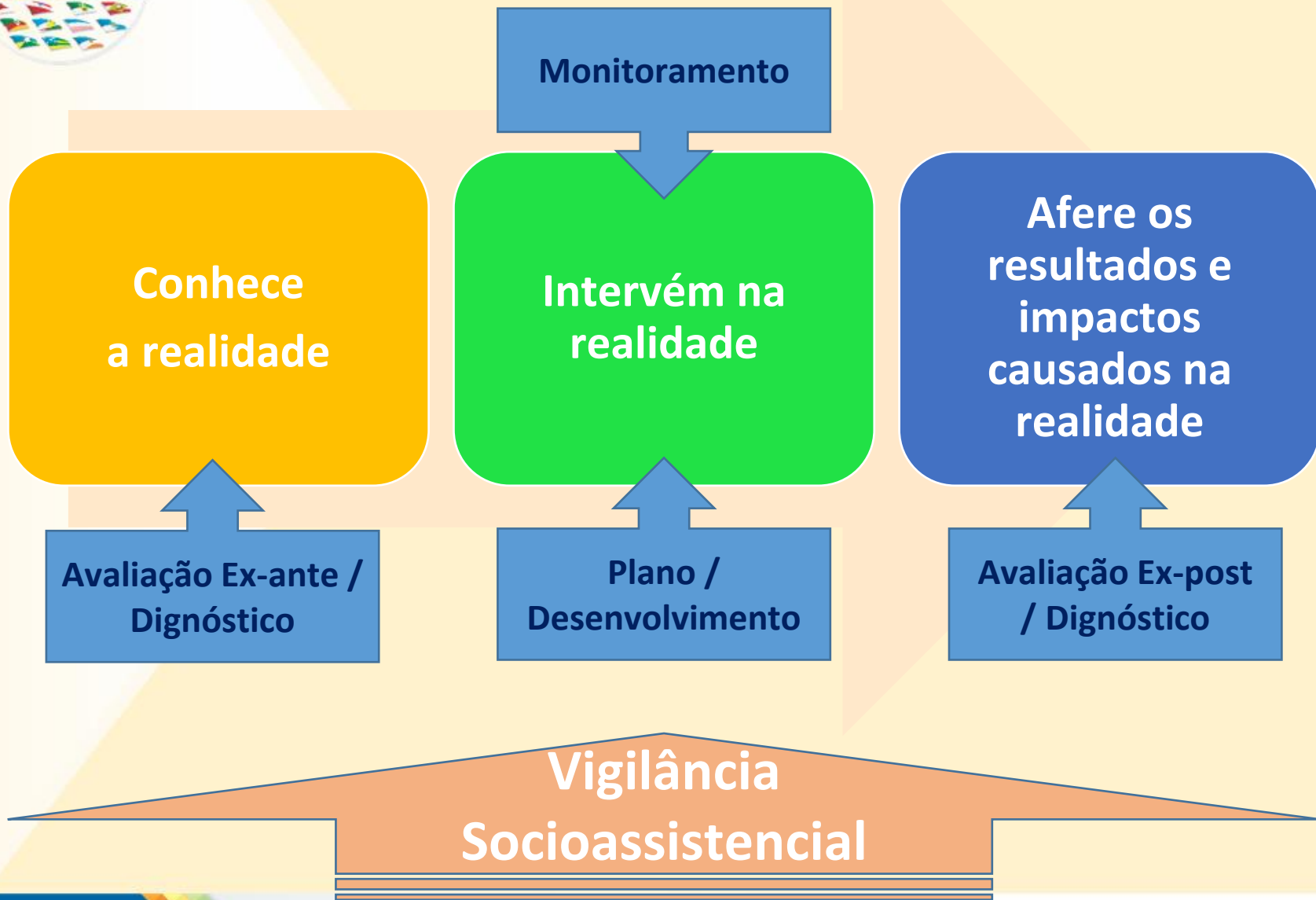


Monitoramento

- Coleta sistemática, registro ordenado e gestão de informações
- Acompanhamento do desenvolvimento dos serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais
- Observação do cumprimento dos objetivos e metas
- Produção de informações para subsidiar a tomada de decisões cotidianas
- Identificação precoce de eventuais problemas

Avaliação

- Análise de dados sistematicamente coletados e ordenadamente registrados
- Orientado para a verificação de indicadores
- Conclusões / Constatações
- Quantitativa / Qualitativa





QUEM MONITORA E AVALIA?

O monitoramento deve ser realizado por meio da produção, coleta e sistematização regular de informações, pelas **equipes que atuam na gestão e execução da política.**

A **Vigilância Socioassistencial** tem um papel fundamental na produção de instrumentais, na compilação de informações e na verificação dos indicadores.

Assim como o conjunto do plano, dados referentes aos indicadores devem ser submetidos ao **controle social** outros espaços de debate público sobre a assistência social, inclusive nos próprios territórios junto às redes e usuários.

Gestores e equipes devem estabelecer um cronograma de encontros de monitoramento, avaliação e sistematização. Exemplo: Monitoramento Trimestral, Avaliações Semestrais e Anuais.



PROCESSOS QUE COMPÕEM A VIGILÂNCIA SOCIAL

Elaboração de diagnósticos de vulnerabilidade e riscos sociais

Mapeamento da cobertura da rede prestadora de serviços

Identificação da demanda e oferta

Planejamento das ações

Monitoramento

Avaliação



**O maior objetivo maior da Vigilância
é a produção de conhecimento que
possa aperfeiçoar progressivamente
os serviços ofertados pela assistência
social!**



O CAMINHO A SER TRILHADO

Definição, identificação e mensuração de fatores de vulnerabilidade específicos

Definição das necessidades de proteção

Provisões dos serviços e benefícios do SUAS



Reflexão Final

**Como as práticas de Planejamento,
Monitoramento e Avaliação
contribuem para a qualificação do
SUAS?**



Vídeo

Última entrevista de Paulo Freire



“...devo usar toda possibilidade que tenha para não apenas falar de minha utopia, mas participar de práticas com ela coerentes.”

(Paulo Freire)



Secretaria de Desenvolvimento Social, Criança e Juventude
Secretaria Executiva de Assistência Social
Gerência de Gestão do Trabalho e Educação Permanente

www.sigas.pe.gov.br
E-mail: capacitasuas.pe@sdscj.pe.gov.br
Telefone: 81 3183 0715

Fundação Apolônio Salles
Universidade Federal Rural de Pernambuco - UFRPE

E-mail: capacitasuas.ufrpe@ufrpe.br



Secretaria de
Desenvolvimento
Social, Criança
e Juventude



GOVERNO DO ESTADO
PERNAMBUCO
MAIS TRABALHO, MAIS FUTURO

MINISTÉRIO DA
CIDADANIA

